



26/06/2019 18:47 - Déficit na Previdência atinge R\$ 80 bilhões em 5 meses, diz governo



O Ministério da Economia informou hoje (26) que, de janeiro a maio deste ano, o déficit nas contas da Previdência Social chegou a R\$ 80,7 bilhões. O Tesouro Nacional e o Banco Central tiveram, juntos, superávit de R\$ 63,3 bilhões. É por causa dessa diferença que as contas públicas do Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – tiveram déficit de R\$ 17,4 bilhões no período.

"O gasto com a Previdência continuará crescendo nos próximos anos, mas crescerá de forma mais lenta com a aprovação da reforma da Previdência", disse o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

Segundo o governo, o déficit global da Previdência este ano, somando os trabalhadores da iniciativa privada, que se aposentam pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS),

e os servidores públicos civis e militares, será de R\$ 314,9 bilhões, o que representa 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país).

Dívida Pública

O governo também divulgou nesta quarta-feira as projeções para a evolução da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), cuja trajetória de crescimento começou em 2014 e deve alcançar o pico no atual governo, chegando a 82,2% do PIB em 2022. No ano passado, a dívida ficou em 77,8% e deve encerrar 2019 na casa dos 80%. A trajetória de alta deverá ser revertida a partir de 2023, ficando em patamares próximos de 71% em 2028.

A média de países emergentes, como o Brasil, é de uma dívida de cerca de 50% do PIB, conforme dados informados pelo Tesouro Nacional. "Se o Brasil fosse um país desenvolvido, uma dívida bruta de quase 80% do PIB não seria tão preocupante. Tem país desenvolvido [em] que a dívida é acima de 100% do PIB, mas, para países emergentes, a média de endividamento é em torno de 50% do PIB. Então, para o grupo de países [de] que nós participamos, [com] que as agências de classificação de risco nos comparam, a nossa dívida está excessivamente elevada", disse Mansueto.

Teto de gastos

No caso da regra do teto de gastos, que impõe limite orçamentário para os gastos públicos, o Tesouro Nacional informou que, nos primeiros cinco meses do ano, foi executado um total de 38,2% do valor total previsto, que é de R\$ 1,4 trilhão.

Entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público da União, a maioria dos órgãos vem executando o orçamento em valores inferiores ao limite permitido pelo teto, com algumas exceções.

"No acompanhamento por órgão, que é uma exigência dessa regra, tem órgãos que estão com a execução acumulada, de janeiro a maio, com valor superior ao que ele pode crescer no ano como um todo. Esses órgãos são a Justiça Militar da União e o Ministério Público da União", disse o secretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal do Ministério da Fazenda, Pedro Jucá.

Regra de ouro

O secretário adjunto do Tesouro, Otávio Ladeira, informou que, após o Congresso Nacional aprovar crédito suplementar no valor de R\$ 248,9 bilhões, o governo terá uma folga de R\$ 1,8 bilhão neste ano para o pagamento de despesas correntes, como água, energia e outros gastos de custeio da máquina pública. Sem esses recursos, o governo descumpriria a chamada regra de ouro. Esse mecanismo determina que o governo não pode endividar-se para financiar gastos correntes, mas apenas para despesas de capital (como investimento e amortização da dívida pública) ou para refinarciar a dívida pública.

Nos últimos anos, os sucessivos déficits fiscais têm posto em risco o cumprimento da norma, o que tem levado o Tesouro a buscar fontes de recursos para ter dinheiro em caixa e reduzir a necessidade de emissão de títulos públicos, o que aumenta a dívida federal.

Parte desse crédito extra aprovado no Parlamento, cerca de R\$ 171,2 bilhões, foi transferida para pagamento de despesas de 2020, ano para o qual ainda não há recurso em caixa para quitar todas as contas previstas, por isso, esse remanejamento. "Mesmo com a transferência desses R\$ 171,2 bilhões de 2019 para 2020, a deficiência que estava sendo observada na regra de ouro em 2019, superior

a R\$ 100 bilhões, transformou-se em uma suficiência de R\$ 1,8 bilhão", explicou Ladeira.

Para 2020, ainda há uma deficiência prevista de R\$ 93,7 bilhões, que o governo precisará cobrir com recursos extras, mas Otávio Ladeira prevê um cenário mais favorável, com mais devoluções de recursos ao caixa federal por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de dinheiro que da cessão onerosa. No caso do BNDES, o banco está devolvendo, de forma parcelada, cerca de R\$ 500 bilhões emprestados pela União nos últimos anos, recursos usados para reforçar a carteira de crédito do banco.

Já a cessão onerosa do contrato firmado entre governo e Petrobras, que garantiu à empresa a exploração de 5 bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal, é pelo prazo de 40 anos. Em troca, a estatal antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões ao governo, mas os excedentes dos volumes descobertos de petróleo na área ultrapassam os 5 bilhões de barris e, por isso, a União ainda receberá mais recursos sobre essas jazidas.

Fonte: Agência Brasil

Notícias RO